

ALENCAR: POLÊMICAS AO CORRER DA PENA

Carla Hauer Grivicich

Resumo: Polêmicas literárias sempre fizeram parte do universo de escritores nacionais e estrangeiros, sobretudo no século XIX e sempre foram usados como recursos para obtenção de projeção no meio intelectual. José de Alencar destacou-se sobremaneira na utilização desse recurso. Conhecido como polemista desde 1956, quando travou debate literário a respeito do poema *A Confederação dos Tamoios*, Alencar já tentara anteriormente quebrar a barreira formal para ingressar no mundo político, profissional e literário.

Palavras-chave: Polêmicas; Alencar; Intelectuais

O século XIX foi repleto de polêmicas literárias, recurso discursivo utilizado pelos intelectuais para lançarem-se no universo literário, político ou profissional. No Brasil não poderia deixar-se de utilizar tal recurso, especialmente se levarmos em consideração a formação cultural dos intelectuais nacionais: desde as escolas iniciais, passando para os preparatórios para os exames superiores, todos os estudantes eram envolvidos com estudos de retórica, isso quando não tinham formação como bacharéis em Direito, escolha de nove entre dez jornalistas, escritores, e poetas.

Durante o século XIX, há no Brasil, ao longo de um período que coincide quase integralmente com o ciclo do Império, um grande interesse pelos estudos de retórica (a que se anexam ou com que se confundem os de poética), interesse traduzido por várias publicações e pela inserção das disciplinas mencionadas nos currículos escolares. (SOUZA, 1999, p. 1)

É possível ver aí uma relação entre esses estudos e a prática discursiva da discussão, do debate oral e da polêmica. Alencar, filho de família bem posicionada socialmente – seu pai era Senador do Império – teve essa formação intelectual. Em sua autobiografia literária, *Como e porque sou romancista*, escrita em 1873, Alencar nos fala de seu processo de formação, que quase pode servir de exemplo estendido para toda formação dos meninos bem nascidos, mostrando que desde os bancos escolares instituições de ensino visavam educar “o espírito com emulação escolástica para os grandes certames da inteligência” (ALENCAR, 2005, p. 17), propiciando o debate desde cedo.

Oriundo de uma família de militantes políticos, formando-se em Direito em 1850 e tendo a advocacia por profissão, Alencar foi treinado na arte de argumentar. Começou a advogar no começo dos anos 1850, como se pode ver dos inúmeros anúncios publicados nos jornais mais importantes da corte, e desde 1851 tentava eleger-se deputado pelo Rio de Janeiro, conseguindo sê-lo pelo Ceará, no bloco do Partido Conservador em 1860,

assumindo em 1861 e, participando intimamente da classe dirigente, tornou-se Ministro da Justiça de 1868 a 1870, com a subida dos conservadores ao poder. No campo literário, Alencar foi romancista, dramaturgo, cronista e poeta, além de crítico literário.

Alencar foi também grande polemista. Essa sua característica é sempre destacada por seus biógrafos e por críticos literários. Desde o início de sua carreira literária até o final de sua vida, Alencar passou a vida atacando ou rebatendo críticas a sua obra. As mais importantes polêmicas a que deu início, réplicas ou mesmo trélicas em que esteve envolvido correspondem a importantes análises dos anseios e objetivos do escritor e mesmo de muitos vultos de nossa literatura no século XIX.

A primeira e mais conhecida polêmica na qual esteve envolvido Alencar pretende-se ser a travada entre o escritor e os amigos do poeta Gonçalves de Magalhães a propósito do poema épico *A Confederação dos Tamoios*, publicado em 1856, cuja edição foi financiada pelo imperador Pedro II. Esse debate intelectual o lançou definitivamente no ambiente literário acanhado de então.

Pode-se destacar também a réplica de Alencar à crítica de Paula Brito feita a respeito da comédia *O demônio familiar*, que gerou seu manifesto em defesa de um teatro nacional intitulado *A comédia brasileira*. Como na primeira polêmica, utilizou-se o recurso da epístola – essa endereçada a Francisco Otaviano – para se formular a réplica.

Pode-se falar também da série de cartas políticas endereçadas ao imperador, cartas essas que agrupadas foram publicadas no final dos anos 1860 sob o título *Cartas de Erasmo*. A essas cartas, coincidentemente ou não, seguiu-se convite para ser Ministro da Justiça.

E ainda nos anos 1870, até o final de sua vida em 1877, Alencar replicou, respondeu ou foi duramente atacado. Primeiramente por suas posições políticas conservadoras; depois por se manter fiel a uma estética literária que estava sendo contestada na Europa com seus ventos soprando já no Brasil, através da Escola de Recife, do positivismo, do darwinismo. Nesse período é possível destacar o pós-escrito da edição de 1870 de *Iracema*, endereçada a rechaçar críticas do escritor português Pinheiro Chagas, as chamadas *Cartas a Cincinato*, duras críticas a *O gaúcho*, *Iracema* e *Til, O tronco do ipê* escritas por Franklin Távora e publicadas entre 1871 e 1872, cuja réplica o escritor nunca chegou a escrever diretamente, mas respondeu genericamente no prefácio a *Sonhos D'ouro* intitulado *Bênção paterna*, em 1872 e finalmente última grande polêmica travada com Joaquim Nabuco através do jornal *O Globo*, em que o autor quererá ter a “ocasião para definir-se e declarar a sua escola atual” (COUTINHO, 1978, p. 145),

oportunidade perdida na polêmica, preocupado que estava em rebater as críticas do grande intelectual pernambucano que, ainda jovem na ocasião, tinha uma experiência internacional que o fazia desgostoso com a produção artística nacional.

A pesquisa tenta coletar as primeiras manifestações de Alencar no sentido de buscar destacar-se tanto na literatura quanto na política através do recurso da polêmica. Essa investigação tem procurado localizar os primeiros registros da atuação de Alencar na imprensa, seja como político, seja no campo da literatura. O objetivo deste trabalho é mostrar que Alencar desde o início de sua carreira literária, muito antes do famoso embate com os amigos do poeta Gonçalves de Magalhães, não somente estava totalmente inteirado da arte da polêmica como muito antes da famosa disputa literária travada contra amigos do poeta procurou por três vezes dar início a polêmicas literária, profissional e política através de sua coluna *Ao correr da pena* iniciada no periódico *Correio Mercantil* entre os anos de 1854 e 1855.

Polêmicas políticas e profissionais

Segundo Maria Helena Rouanet,

(...) o protocolo habitual da prática polêmica pode resumir-se esquematicamente, a um movimento tríplice: de início lançam-se as bases da argumentação, em seguida, faz-se referência às ideias do antagonista (de preferência, citando-as literalmente e entre aspas), enfim, vem a refutação de tais ideias, sempre apresentada como sendo, ela própria, irrefutável, mesmo que tal irrefutabilidade esteja apenas no tom adotado pelo discurso (ROUANET, apud ALMEIDA, 2013, p. 20).

Sabendo que *Ao correr da pena*, título das crônicas escritas no jornal *Correio Mercantil*, foi a primeira oportunidade de peso para Alencar aparecer para um público maior, a pesquisa observou que também logo de início Alencar tentou investir contra os sistemas literário e político, abrindo seu caminho a machadadas e nos termos descritos acima: lançando a argumentação e a refutação.

Primeiramente serão apresentadas as polêmicas profissional e política, concluindo com a polêmica literária, a fim de que se possa observar a estratégia de combate de Alencar.

A coluna intitulada *Ao correr da pena*, ao contrário do que o suave nome diz, foi utilizada por Alencar não somente para fazer crônicas leves. Sua ânsia em destacar-se nos campos literário e político, o fizeram – sem sucesso – avançar sobre as linhas leves do traçado pelo jornal. É sempre importante destacar que Alencar, filho de importante

Senador do Império, era desconhecido como intelectual e como político até aquela data. Como advogado, era um iniciante; como político, tentara anteriormente eleição desde 1851 e não obtivera sucesso; como escritor, absolutamente desconhecido. Era tão somente filho do Senador Alencar. Essas primeiras tentativas do escritor terão seus objetivos também frustrados, como será visto.

Serão comentadas cinco crônicas, das quais se dará mais destaque à primeira, começando, inversamente, pela segunda tentativa.

A segunda investida de Alencar foi no campo da reivindicação profissional. Escritas entre 18 de março de 1855 e 01 de abril de 1855 tratava de custas judiciais, parece ter recebido resposta do Ministro da Justiça, que atendeu as demandas do escritor, também advogado militante. A segunda carta dessa série, publicada em 25 de março de 1855, remete às alterações sofridas nas tabelas de custas após alerta do escritor. A terceira carta a respeito, publicada em 1º de abril de 1855, critica abertamente o Ministro da Justiça. Sabendo-se que a tabela de custas era à época função do Ministério da Justiça, desejava Alencar obter ocupação dentro do Ministério? O fato é que dali a algum tempo o escritor obteve nomeação para cargo dentro daquele órgão.

A terceira investida – e última – foi no campo da política. Escrita também em 1855, essa crônica, com sabor de polêmica, teve como tema companhias de ações e especulação. Essa crônica foi submetida à censura pela direção do jornal, que não queria indispor-se com seus financiadores. Tal atitude encerrou a carreira do escritor naquele órgão de imprensa. Alencar, ao saber que sua crônica sairia censurada, escreve a Francisco Otaviano deixando o jornal. Diz ele:

Sempre entendi que a revista semanal de uma folha é independente e não tem solidariedade com o pensamento geral da redação; principalmente quando o escritor costuma tomar a responsabilidade de seus artigos, assinando-os.

A redação do Correio Mercantil é de opinião contrária; por isso, não sendo conveniente que eu continuasse a “hostilizar os seus amigos”, resolvi acabar com o Correr da Pena para não comprometê-lo (sic) gravemente. (MENEZES, 1977, p. 46)

O fato é que Alencar tentou por três vezes iniciar polêmicas naquela seção então considerada leve: uma literária em 26 de novembro de 1854, uma outra em 18 de março de 1855 criticando a tabela de custas judiciais e a última, polêmica de cunho político, que o levou a desligar-se do Correio Mercantil levando-o a assumir *O Diário do Rio de Janeiro* em 6 de outubro de 1855. Lá Alencar encontrou-se com a liberdade necessária

para iniciar sua luta rumo ao sucesso atacando em 19 de junho de 1856 o maior poeta nacional até aquele momento consagrado: Gonçalves de Magalhães. Lá também pôde encontrar a liberdade necessária para discutir até com Pedro II.

Sua primeira carta anônima saiu na seção Folhetim, na primeira página do jornal e foi previamente apresentada, no topo da página, numa espécie de resumo do conteúdo do periódico:

BOLETIM DO DIA

O Senado aprovou algumas resoluções da Câmara que por sua parte nada aprovou porque não teve sessão.

Publicamos no Folhetim uma carta de um nosso amigo que nos comunica as suas impressões de sua leitura sobre o novo poema do Sr. Magalhães.(...) (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 19 de junho de 1856, p. 1)

Publicou 5 cartas até obter a primeira resposta, sendo essa primeira de Araújo Porto Alegre. Depois dele entraram na pendenga outros intelectuais de renome além do próprio Pedro II.

O resto é História.

Polêmicas ao correr da pena

Iniciando suas publicações no jornal *Correio Mercantil* em 3 de setembro de 1854, onde ingressou pelas mãos do amigo Francisco Otaviano, Alencar deu início à seção *Ao correr da pena* e logo na crônica publicada em 26 de novembro daquele ano, portanto apenas pouco mais de dois meses depois, Alencar tratou de espicaçar o que seria o futuro diretor do periódico literário e cultural *O Brasil Ilustrado*, demonstrando a irrelevância da mencionada publicação. São palavras de Alencar:

Em tudo isso, pois, só temos a lamentar uma coisa, e é que o novo periódico literário, que promete tanto, tenha ido procurar redatores tão ignorados e obscuros, deixando de parte os verdadeiros Otavianos, Porto Alegres e Torres Homens. (ALENCAR, 2004, p.120/121)

Em réplica seu diretor escreveu no *Jornal do Commercio* em 29 de novembro daquele mesmo ano o seguinte:

Ao correr da pena

Ninguém deve se meter onde não é chamado

Trouxe o *Correio Mercantil* de 26 do corrente, no artigo que aos domingos costuma aparecer assinado por Al, uma notícia que além de falsa envolve grave insulto ao abaixo assinado. Transcreverei do artigo a parte que me diz respeito.

“Achava-me muito disposto a terminar aqui, mas lembro-me que estou na obrigação de afirmar aos meus leitores que este artigo é escrito por mim mesmo e não por um pseudônimo que me descobriram, e que se acha arvorado em redator de um periódico intitulado – O Brasil Ilustrado.

Quando a princípio me contaram semelhante coisa, quando me disseram que eu ia dirigir um novo periódico literário, duvidei; porém o fato é exato e o que mais é, lá se acha a assinatura do Sr. Porto Alegre, que afirmou não ter assinado semelhante coisa.

Ora, o Brasil sendo tão ilustrado como se intitula, não pode ignorar certa disposição do Código Criminal que fala de assinaturas fingidas; por conseguinte não há dúvida que os homens que se acham assinados naquela lista a que me refiro são nossos homônimos, os quais até hoje eram completamente desconhecidos.

Em tudo isso, pois, só temos a lamentar uma coisa, e é que o novo periódico literário, que promete tanto, tenha ido procurar redatores tão ignorados e obscuros, deixando de parte os verdadeiros Otavianos, Porto Alegres e Torres Homens.
Al.”

Pergunto agora eu ao Sr. Al como pode ele provar que semelhante fato é exato, se declaro alto e bom som que se seu nome é Al, ou Alencar, ou Aleixo, ou Alonço (como das duas letras da assinatura se pode inferir), não está, não esteve e jamais me passou pela mente devê-lo incluir na lista dos Srs. colaboradores que abaixo transcrevo; porque desejo ter na colaboração do Brasil Ilustrado pessoas que não escrevam ao correr da pena, para que tais escritos precipitadamente feitos não venham depois comprometer os seus autores, como acaba de acontecer com o Sr. Al, que impensadamente e ao correr da pena pensou ser exato que era ele um dos colaboradores do Brasil Ilustrado. Quanto é não escrever ao correr da pena parece não saber ainda o Sr. Al, que estranhando no Brasil Ilustrado (isto é, no seu redator), a ignorância de certa disposição do código criminal, que fala de assinaturas fingidas, deu-me motivo para mais estranhar eu que um homem das Pandectas ignore certas disposições do código criminal que fala das injúrias e calúnias. Mas tão malévola imputação só pode achar desculpa, ou por se ter escrito ao correr da pena ou por não ver-se a par de nomes respeitáveis um Al, que parece gostar de intrometer-se. Direi enfim que falta crassamente à verdade o Sr. Al quando quer fazer persuadir ao público que os Srs. Otaviano, Porto Alegre e Salles Torres Homem não são colaboradores do Brasil Ilustrado. O Sr. Dr. Octaviano, a pedido do Sr. Dr. Castro Lopes assinou o programa do novo jornal; e quanto aos Srs. Porto Alegre e Salles Torres Homem respondo que não assinaram o programa, mas prometeram verbalmente colaborar para o Brasil Ilustrado; como não pode negar-me o mesmo o Sr. Porto Alegre, pois que felizmente tenho testemunha deste fato, e já para a honra desta apelei. O Sr. Porto Alegre prometeu-me colaborar para o Brasil Ilustrado; (fossem embora promessas nunca realizáveis); agradei e estimei esta poderosa coadjuvação; e por consequência nada fiz que devesse merecer tantas e tão acres censuras e injúrias, incluindo entre o dos mais srs. colaboradores o nome do Sr. Manoel de Araújo Porto Alegre. O Sr. Dr. Salles Torres Homem não assinou também o programa, mas prometeu que me colaboraria com o Brasil Ilustrado; e por isso ufanando-me de contar com a pena de tão ilustre escritor, incluí entre os dos mais Srs. colaboradores, que quase todos assinaram, o nome do Sr. Dr. Salles Torres Homem, que não reclamou contra esse fato, nem espero que reclame, pois bem certo estou que este ilustre literato considera sua palavra tão valiosa quando articulada, como quando escrita por seu próprio punho.

Sr. Al, peço-lhe licença para dar-lhe um conselho, e é que não corra com a pena e ponha uma luneta, por que então verá que o seu nome não está na lista abaixo transcrita.

NOMES DOS COLABORADORES DO BRASIL ILUSTRADO

Adadus Calpe, Dr. Antonio de Castro Lopes, Dr. Antonio Ferreira Pinto, Antonio Gonçalves Teixeira e Souza, Dr. Antonio José de Araújo, Dr. Alexandre José de Mello Moraes, Conselheiro Antonio Manoel de Mello, Conselheiro Angelo Muniz da Silva Ferraz, Conselheiro Bernardo de Souza Franco, Carlos Augusto de Sá, Dr. Carlos Chidlos, Dr. Cândido de Azeredo Coutinho, Fr. Camilo de Monserrate, Dr. Emílio Germon, Dr. Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, Dr. Francisco Octaviano de Almeida Rosa, Dr. Francisco de Paula Candido, Dr. Francisco de Paula Menezes, Dr. Francisco de Salles Torres Homem, Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, Dr. Ignacio da Silva Galvão, José Albano Cordeiro, José Betamio, Dr. José Carlos de Almeida Arêas, Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Justino Figueiredo Novaes, José Julio Dreys, Dr. José Joaquim da Cunha, Dr. José Joaquim de Oliveira, Dr. Joaquim Manoel de Macedo, Joaquim Norberto de Souza e Silva, Dr. João Martins da Silva Coutinho, José Pedro de Azevedo Peçanha, D. José de Saldanha da Gama, Dr. Luiz Antonio Barbosa de Almeida, Luiz Antonio de Castro, Dr. Luiz Corrêa de Azevedo, Manoel Antonio de Almeida, Manoel de Araújo Porto Alegre, Dr. Manoel de Oliveira Fausto, Manoel Hilário Pires Ferrão, Conselheiro Paulino José Soares de Souza, Pedro Torquato Xavier de Brito, Sebastião Ferreira Soares, Dr. Thomaz Gomes dos Santos.

Rio, 27 de novembro de 1854 – O redator de o Brasil Ilustrado

Lourenço Ottoni Lopes Pimenta (JORNAL DO COMMERCIO, dia 29 de novembro de 1854, p. 2)

A réplica supracitada segue à risca o manual da boa polêmica: inicia transcrevendo a opinião de Alencar, para em seguida colocá-lo no seu lugar de colunista / jornalista / escritor obscuro, nomeando os colaboradores da revista a ser publicada entre os quais encontram-se Antonio Gonçalves Teixeira e Souza, Francisco Octaviano, Francisco de Salles Torres Homem, Joaquim Manoel de Macedo, Saldanha da Gama, Manoel Antonio de Almeida e Manoel de Araújo Porto Alegre.

Destaca-se, porém, alguns pontos relevantes: o primeiro diz respeito à réplica, bastante agressiva em se tratando de um adversário obscuro – no caso, Alencar. O segundo ponto é o destaque dado aos assinantes e colaboradores de *O Brasil Ilustrado*. O diretor faz questão de, dentro da própria réplica, em seu final, relacionar todos os seus ilustres colaboradores dentre os quais chama a atenção o nome de Francisco Otaviano, padrão de Alencar no *Correio Mercantil*. Daí surgem as seguintes possibilidades para Alencar não ter respondido no mesmo tom.

Primeiramente talvez pensasse Alencar que melhor seria abster-se de uma tréplica? Será que se tornou inconveniente bater publicamente nos ilustres de *O Brasil Ilustrado*? Transposto para essa primeira polêmica as ideias desenvolvidas em *Literatura e Cordialidade*, de João Cezar de Castro Rocha, vemos que é possível que Alencar, sabedor das regras da cordialidade brasileira, cujos princípios estão contidos no ditado popular “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”, não tendo ele autoridade sobre o conteúdo do jornal em que trabalhava, embora tenha recebido carta branca para escrever, tenha desistido da

tréplica. É sempre interessante revermos o episódio que levou a saída de Alencar do Correio Mercantil após a terceira polêmica, dessa vez política. Pode-se dizer que “Embora assegurada no convite de Francisco Otaviano, a liberdade de pensamento se subordinava à estima pessoal e, por isso mesmo, à ausência de discussão pública” (ROCHA, 1998, p. 128), isso é, de opinião pessoal que ferisse os princípios da cordialidade brasileira. A réplica agressiva do diretor de *O Brasil Ilustrado* naturalmente deveria levar a uma tréplica no mesmo teor, mas é possível que de alguma maneira tenha havido uma interferência no meio do caminho. Se isso ocorreu, ou seja, se ele de alguma forma foi advertido pela direção do jornal, o fato é que ele não mais respondeu.

Segunda possibilidade é a de que Alencar soubesse previamente quem poderiam ser os colaboradores do *O Brasil Ilustrado* e que ao fustigar seu diretor, Lourenço Ottoni Lopes Pimenta, buscasse ali digladiar com esses grandes intelectuais, e não com o diretor do jornal, a fim dele mesmo se inserir no sistema.

Terceira possibilidade é a de que ele tivesse achado a réplica desinteressante e banal, que não trouxe contendor que despertasse seu nome para a glória tal qual escreveria mais adiante, a respeito de *A Confederação dos Tamoios*, evitando desperdiçar sua inteligência com adversário de pouco vulto. É o que ele pensou, por exemplo, após escrever a 5ª carta no *Diário do Rio de Janeiro* a respeito da posterior polêmica de 1856:

Tendo concluído as minhas cartas, embora não merecessem elas as honras de uma refutação, julguei que ao menos, em atenção ao poema, dessem causa a uma dessas polêmicas literárias, que têm sempre a vantagem de estimular os espíritos a produzirem alguma coisa de novo e de bom.

Sofri uma decepção, a imprensa calou-se, os literatos limitaram-se a sua opinião nos diversos círculos; e apenas depois de muitos dias apareceu em um jornal uma espécie de diatribe, que devo esquecer, meu amigo, por honra do nosso país e da nossa classe. (CASTELLO, 1953, p. 43)

É importante ainda ressaltar que a primeira resposta às cartas de Alencar contra *A Confederação dos Tamoios*, sob o pseudônimo de Ig será justamente a de Araújo Porto-Alegre, um dos ilustres colaboradores de *O Brasil Ilustrado*. Essas relações de amizade – e favores – que circulavam entre intelectuais do século XIX, foram analisadas em *Literatura e Cordialidade*, a respeito do qual essa famosa polêmica é tratada. O mesmo ponto de vista pode ser utilizado para se analisar aquele primeiro momento de “rebeldia” alencariana: quem era ele para ser incluído entre os colaboradores de tão ilustre periódico? Quem era ele para criticar um periódico com tão ilustres colaboradores? Ele, Alencar, que era praticamente desconhecido em 1854, apesar de sua coluna num jornal de prestígio?

Como a crítica não atingiu aos ilustres do periódico e a réplica não fora escrita por esses mesmos ilustres, Alencar desistiu temporariamente de buscar sua inserção através da polêmica literária, preparando-se para o futuro embate que o levaria rumo a tornar-se um dos mais importantes escritores brasileiros do século XIX.

Quanto a *O Brasil Ilustrado* parece não ter ido muito longe, constando na Biblioteca Nacional somente os exemplares que vão de 14 de março de 1855, quando estreia homenageando a Imperatriz Tereza Cristina, cujo aniversário se deu naquele dia, encerrando suas atividades em 31 de dezembro de 1856.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José de. *Ao Correr da Pena*. FARIA, João Roberto (org.) Martins Fontes, São Paulo, 2004.

_____. *Como e porque sou romancista*. Pontes, São Paulo, 2005

_____. *Pós-escrito a Iracema*. Livraria José Olympio Editora/MEC, Brasília, 1977.

CASTELO, José Aderaldo. *A polêmica sobre “A Confederação dos Tamoios”*. Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1953.

MENEZES, Raimundo de. *Cartas e documentos de José de Alencar*, Editora Hucitec, São Paulo, 1977.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileiro*. EDUERJ, Rio de Janeiro, 1998.

ALMEIDA, Carlos Eduardo de. *Polêmicas literárias no império da retórica*. In Revista Matranga, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 33, jul/dez 2013. Disponível em: <<http://www.pgletras.uerj.br/matranga/matranga33/arqs/matranga33a07.pdf>> Acesso em: 30 de agosto, 2017.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. EDUERJ, Rio de Janeiro, 1999.

Periódicos:

Diário do Rio de Janeiro, 19 de junho de 1856, p. 1

Jornal do Commercio, 29 de novembro de 1854, p. 2